

A SOCIABILIDADE NO TRABALHO DE CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DE INDÍGENAS E ESCRAVIZADOS NAS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO OITOCENTOS

Anderson Pereira Antunes

Um grande número das árvores que formam estas florestas ainda é desconhecido da ciência. E, no entanto, os índios, estes botânicos e zoólogos práticos, estão familiarizados não apenas com sua aparência externa, mas também com suas várias propriedades. O seu conhecimento prático da natureza ao seu redor é tão íntimo, que acredito que seria uma grande contribuição para o progresso da ciência se fosse feito um registro sistemático das informações espalhadas por todo o país. Uma enciclopédia da floresta, se podemos assim chamar, feita a partir do conhecimento das tribos que a habitam (Agassiz e Agassiz, 1868, p. 242).¹

A história natural entre o campo e o gabinete

Quando Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) chegou ao Brasil em 1865 para liderar a expedição científica que percorreria o território brasileiro do Rio de Janeiro até Tabatinga, no Amazonas, sua comitiva era formada por 13 membros: seis naturalistas selecionados entre o corpo de funcionários do Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard, seis alunos voluntários da mesma instituição e sua esposa Elizabeth Cabot Agassiz (1822-1907). No entanto, uma análise do relato de viagem escrito conjuntamente pelo casal e publicado após o retorno para os Estados Unidos revela que um total de 168 indivíduos são mencionados por haver realizado algum tipo de contribuição para a

¹ Nessa e em outras citações de textos em língua estrangeira a tradução é livre, feita pelo próprio autor.

expedição, seja de natureza logística ou científica (Antunes, 2015). De forma semelhante, embora o britânico Henry Walter Bates (1825-1892) tenha desembarcado no Pará acompanhado apenas de seu companheiro Alfred Russel Wallace (1823-1913), centenas de pessoas contribuíram com sua longa expedição pela Amazônia brasileira. Em seu livro de viagem, publicado após o retorno para a Inglaterra, o naturalista fez referência a um total de 221 indivíduos entre homens, mulheres e crianças, que de alguma forma o auxiliaram durante os 11 anos de residência no Brasil (Antunes, 2019).

A análise de outros relatos de viagem escritos por viajantes-naturalistas que percorreram o território brasileiro ao longo do século XIX revela que as expedições científicas de Louis Agassiz e Henry Bates não foram casos isolados em que extensas redes sociais foram mobilizadas localmente por viajantes estrangeiros durante suas passagens pelo país. Na realidade, a historiografia recente demonstra que a sociabilidade era um elemento fundamental para a ciência praticada em campo por esses viajantes. Toda atividade científica é inerentemente social, construída a partir de esforços combinados entre diferentes indivíduos e instituições que conformam aquilo que autores como Bourdieu (2004) chamaram de campo científico. No entanto, é possível notar que o espaço também é um elemento importante e que exerce influência sobre as práticas científicas, sobretudo sobre as possibilidades de sociabilidade. Enquanto gabinetes e laboratórios são espaços de ciência reservados exclusivamente àqueles que reconhecidamente pertencem ao campo científico, apresentando rígidas hierarquias e convenções sociais que regulam as atividades e interações que ocorrem em seu interior, inclusive limitando a entrada de elementos considerados exógenos, outros espaços podem apresentar maior flexibilidade e possibilidades sociais. Compreendemos, portanto, que as ciências não estão limitadas ao que acontece no interior dos muros das instituições, nas quais a própria arquitetura muitas vezes funciona como uma tecnologia de controle, mas que as práticas científicas também ocorrem em espaços extramuros.

No caso das expedições, as práticas científicas são deslocadas para o campo, espaço por excelência das investigações realizadas pelos viajantes. Enquanto espaço de ciência, o campo oferece oportunidades e desafios completamente diferentes daqueles que um cientista encontraria dentro do ambiente controlado de um laboratório ou gabinete de estudos. Em relação às possibilidades de sociabilidade, o campo pode

ser compreendido como uma zona de contato (cf. Pratt, 1999a), flexibilizando regras sociais e favorecendo o encontro entre representantes de universos sociais e culturais distintos. A distinção entre a ciência de campo e a de gabinete foi enfatizada durante a passagem do século XVIII para o XIX quando a história natural, disciplina que então englobava os diferentes estudos sobre a natureza, passou por grande desenvolvimento, em parte motivado pela fundação de novas instituições, algumas delas financiadas e associadas ao Estado. Como exemplo, podemos citar o Muséum National d’Histoire Naturelle da França, de 1793. Gradualmente, ampliou-se a separação entre o trabalho que era realizado no interior dessas instituições e o que era realizado no exterior, isto é, em campo, ao ponto em que as práticas de campo se tornaram distintas daquelas de gabinete. De acordo com Outram (1996, p. 259):

De qualquer forma, cada vez mais os naturalistas de campo e os naturalistas que teorizavam sobre a ordem da natureza ou conduziam amplas pesquisas comparativas em taxonomia, fisiologia ou anatomia, geralmente no interior de espaços construídos, deixaram de ser a mesma pessoa.

Pouco a pouco, as práticas de gabinete e de campo passaram a seguir tradições epistemológicas diferentes. Enquanto os naturalistas de gabinete crescentemente se dedicaram à classificação taxonômica das espécies, ao trabalho bibliográfico de consulta aos grandes compêndios, à descrição pormenorizada e comparação entre diferentes espécimes, os viajantes-naturalistas que iam à campo para conduzir suas pesquisas especializaram-se na observação da natureza *in loco*, na coleção e preservação de espécimes que formariam grandes coleções de história natural e na interação com a população local das regiões visitadas. A realização desse conjunto variado e diversificado de tarefas exigia o desenvolvimento de diferentes habilidades entre aqueles que permaneceriam em seus gabinetes e aqueles que se dirigiam ao campo, contribuindo para a especialização e distinção entre esses agentes, ainda que alguns naturalistas se envolvessem tanto em práticas de gabinete quanto em práticas de campo. Outros, contudo, valorizavam um espaço de ciência sobre o outro e se tornaram representativos dessas formas diferentes de praticar ciência.

Entre os defensores da ciência de gabinete, o francês Georges Cuvier (1769-1832) pode ser considerado uma figura central. Ainda que

considerasse a viagem como uma etapa fundamental para o processo de construção do conhecimento científico, uma vez que era preciso capturar espécimes *in loco* para compor as coleções que seriam posteriormente estudadas no interior dos gabinetes, Cuvier acreditava que essa era uma atividade formativa, própria para jovens e inexperientes naturalistas. Ele, que trabalhava no prestigiado Jardin des Plantes em Paris desde os 26 anos, chegou a recusar o convite do imperador Napoleão Bonaparte (1769-1821) para acompanhar, na função de naturalista, a invasão francesa do Egito durante a Campanha do Mediterrâneo em 1798. Além de demonstrar como a ciência e o imperialismo caminhavam *pari passu* durante este período, o episódio também é demonstrativo da resolução de Cuvier de considerar o gabinete como um espaço superior para a investigação científica. De acordo com Luttembarck (2006):

Acreditava que a cidade francesa já oferecia às suas pesquisas as mais completas coleções de história natural, e uma grande viagem desse porte apresentar-se-ia prejudicial à coerência e ao caráter sistemático que visavam seus trabalhos. Na verdade, um pesquisador viajante, ao percorrer grandes distâncias, não podia deter-se a tudo o que via e o impressionava, tamanha a quantidade de objetos e exotismo com a qual se deparava ao longo de sua trajetória. Se, por um lado, a viagem propiciava o contato direto com a natureza, fazer análises comparativas dos exemplares descobertos com os já conhecidos e catalogados.

Por outro lado, o prussiano Alexander von Humboldt (1769-1859) é frequentemente considerado como um dos principais modelos de viajante-naturalista, principalmente devido à influência que exerceu sobre outros viajantes. Para ele, o naturalista deveria estudar a natureza em campo. A observação *in loco* permitiria medir precisamente fatores físicos e climáticos como a temperatura ou a pressão atmosférica, possibilitaria uma melhor compreensão da distribuição geográfica de plantas e animais e proporcionaria uma observação das espécies vivas em seus *habitats* naturais. Além disso, influenciado pelos ideais românticos da *Naturphilosophie* alemã, Humboldt considerava que os sentimentos e emoções vivenciados pelos viajantes diante da natureza eram igualmente significativos, pois considerava que a sensibilidade estética era uma parte importante da observação científica. Como destacou Kury (2001), esse tipo de abordagem, que combinava sensações às observações objetivas e às medidas precisas, acabou por se tornar um modelo que

orientou a forma como diversos outros naturalistas passariam a descrever e retratar os lugares que percorriam.

Outros naturalistas poderiam ser citados para exemplificar ambas as esferas da história natural oitocentista. Enquanto o francês Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), teve um papel importante na reorganização do Jardin des Plantes, onde se dedicava ao estudo enciclopédico da natureza, o também francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) pode ser considerado um viajante exemplar (Kury, 2003), cuja obra se tornou referência para muitos viajantes posteriores, especialmente aqueles que se encaminharam para o Brasil. Contudo, a oposição entre Cuvier e Humboldt é interessante porque o antagonismo na forma de abordar o estudo da natureza é evidente, sobretudo em uma crítica publicada pelo francês após a leitura da obra *Quadros da natureza* (1849) de Humboldt. Na análise de Cuvier, citada por Outram, ele comparou o trabalho do naturalista de gabinete com o do viajante-naturalista, dizendo:

O primeiro, percorrendo com maior ou menor velocidade uma infinidade de países diferentes, sucessivamente se depara com um grande número de objetos e seres interessantes; ele os observa nos lugares onde a natureza os coloca, na verdadeira relação que possuem com aquilo que os rodeia e em toda a plenitude de sua vida e ação, mas não pode observá-los individualmente por mais do que apenas alguns instantes, pois ele não pode nunca prolongar a observação de acordo com a sua vontade e está privado da possibilidade de compará-los com aqueles com os quais se assemelham e de registrar rigorosamente as suas características, privado pela falta de livros da possibilidade de consultar àqueles que observaram as mesmas coisas que eles anteriormente. [...] O naturalista sedentário não conhece, é verdade, os seres dos países mais distantes a não ser por narrativas mais ou menos sujeitas a erros e por amostras mais ou menos alteradas. As grandes cenas da natureza não podem ser sentidas por ele com a mesma vivacidade que aqueles que as testemunharam. Escapam a ele mil detalhes delicados nos modos e hábitos dos seres vivos que teria percebido se estivesse estado no mesmo local. Mas estes inconvenientes são compensados por muitas vantagens. Se ele não vê a natureza em ação, ele pode colocar todos os seus produtos à sua frente; compará-los uns com os outros sempre que achar necessário para alcançar resultados corretos; escolher quais questões irá tratar e examiná-las de acordo com a sua vontade e pelo tempo que desejar; pode reunir de todas as partes aqueles fatos que

se relacionam. O viajante percorre apenas uma estrada estreita, enquanto no gabinete é possível percorrer o universo em todas as direções (Cuvier citado em Outram, 1984, p. 62; tradução própria do original transcrito do francês).

Embora Cuvier claramente argumente em favor das vantagens oferecidas pelo trabalho de gabinete em comparação àquele realizado em campo, ambos os espaços de ciência eram igualmente importantes para o desenvolvimento do conhecimento científico nesse período, sendo as práticas de campo complementares àquelas de gabinete. Sendo assim, as expedições científicas podem ser consideradas como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência (Kury, 2001, p. 865), ainda que não a única. Cabe, contudo, destacar que as idiosincrasias específicas do campo enquanto espaço de ciência garantem a esta etapa da produção científica uma maior colaboração entre diferentes atores. Isto se dá porque, diferentemente do que acontece em gabinete, a sociabilidade é um dos elementos fundamentais para o trabalho do naturalista de campo.

A sociabilidade no trabalho naturalista de campo

Entender que a ciência é uma prática social e colaborativa não é tarefa difícil quando pensamos na quantidade de pesquisadores que frequentam um congresso, na diversidade de autores que publicam seus artigos em uma edição de algum periódico científico ou nos amplos quadros acadêmicos que formam o corpo docente de faculdades e universidades. Mesmo na ciência praticada em laboratório, muitos técnicos, assistentes e instrumentistas colaboram para a concretização dos experimentos ali realizados, o que pode ser comprovado pelas extensas listas de autores que assinam em coautoria, especialmente em áreas como a física ou as ciências biomédicas, por exemplo. Como apontado por Goudaroulis (1994) e Browne (2001), a colaboração dessas pessoas em laboratório é essencial para a ciência praticada neste espaço, ainda que sejam frequentemente esquecidos enquanto participantes do processo de construção de conhecimento científico.

Fenômeno semelhante ocorre com aqueles que se relacionaram com os viajantes-naturalistas durante suas viagens, prestando auxílio em alguma das diversas atividades que faziam parte da rotina de uma ex-

pedição científica. Barqueiros, mateiros, guias, caçadores, pescadores, entre outras pessoas, frequentemente eram mobilizados para cooperar com os naturalistas em campo, ainda que suas contribuições tenham sido por muito tempo desconsideradas por cientistas e por historiadores das ciências. Contudo, é preciso destacar que a sociabilidade é, talvez, um dos elementos mais essenciais ao trabalho naturalista de campo e, portanto, não é exagero afirmar que as expedições realizadas pelos viajantes-naturalistas não teriam tido o mesmo êxito sem o apoio de uma ampla e heterogênea rede social. Essa rede incluía pessoas de origens sociais diversas que, ainda que não possuíssem instrução formal em ciências, contribuíam ativamente para que os objetivos científicos dessas expedições fossem alcançados. Em uma análise de um conjunto de relatos escritos por viajantes-naturalistas que percorreram o Brasil no século XIX, Moreira (2002, p. 42) identificou que essa rede atuava em praticamente todas as etapas de uma expedição científica, afirmando:

A partir de vários desses escritos, pode-se estabelecer os principais tipos de contribuições do pessoal local: identificação, localização, coleta e nomenclatura de animais e plantas; preparação e preservação de espécimes; descobertas de ‘novas’ espécies; análise de hábitos e usos de animais e plantas; conhecimentos geográficos, meteorológicos e de distribuição de animais e plantas; relatos antropológicos; indicação de locais mais favoráveis para pesquisa; domesticação de animais; e fabricação de instrumentos (inclusive para captura e preservação de animais).

Poderíamos incluir, ainda, diversas formas de apoio logístico e de infraestrutura, como o auxílio para encontrar locais de hospedagem, para conseguir meios de transporte e movimentar-se pelo país, para conseguir alimento, para transportar seus pertences e os espécimes coletados em campo, entre outros. Igualmente relevantes eram as contribuições de caráter mais social, como o intermédio de relações pessoais por meio de apresentações, o convite para participar de festividades e eventos sociais, a tradução entre diferentes idiomas e a ajuda no aprendizado de línguas nativas. A diversidade de tarefas realizadas pelas pessoas que auxiliavam os viajantes-naturalistas em suas expedições reflete a própria pluralidade dessa rede mobilizada localmente durante as viagens. Logo, podemos considerar que garantir uma rede extensa e diversificada de colaboradores era essencial para uma expedição científica.

Na Figura 1 podemos ver uma representação dessa diversa rede de colaboradores em uma expedição científica. A cena, que representa um acampamento de viagem durante a passagem da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) pelo Ceará, foi registrada pelo artista José dos Reis Carvalho (c. 1800-c. 1892), que acompanhava os naturalistas. Formado na Academia Imperial de Belas Artes e professor na Escola da Marinha, o discípulo de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) acompanhou o grupo que incluía Francisco Freire Alemão (1797-1874), Manoel Ferreira Lagos (1816-1867) e Gonçalves Dias (1823-1864), entre outros, naquela que é considerada a primeira expedição científica conduzida por brasileiros dentro do país (Porto Alegre, 2009).

Figura 1 – Cena de acampamento da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) por José dos Reis Carvalho



Fonte: Museu Dom João VI, UFRJ, Rio de Janeiro.

Encarregado de representar o cotidiano da comissão em seus desenhos e aquarelas, as obras de Reis Carvalho permitem observar como a sociabilidade era um elemento importante nessas viagens. Na cena em questão, o artista capturou um momento que apresenta a diversidade de auxílios recebidos pelos viajantes. Quase uma dezena de homens pode ser vista ao fundo da imagem realizando tarefas diversas. No fundo e à esquerda, um grupo cuida dos cavalos, que eram os meios de transporte dos viajantes naquele trecho da viagem. Um dos homens amarra os animais; outro, os alimenta; e um terceiro, ajoelhado no chão ao lado

das selas, parece estar organizando materiais relacionados à montaria, que poderiam ser ferraduras. Já no canto direito da imagem, é possível ver homens realizando três tarefas distintas: ao passo em que um deles, uniformizado, é representado ainda mais ao fundo como se estivesse patrulhando o acampamento, outro aparenta ter recém-saído de entre as árvores trazendo uma ave em suas mãos, possivelmente para fazer parte das coleções reunidas pelos viajantes, e um terceiro encontra-se ajoelhado em frente à uma fogueira, que tem uma grelha sobre o fogo, onde aparenta preparar a comida que alimentaria o grupo.

É interessante perceber que, enquanto todas essas atividades acontecem, uma dupla de viajantes-naturalistas encontra-se sentada sobre caixotes, ao centro do acampamento, conversando, fumando e, talvez, considerando as próximas etapas da viagem. O contraste entre este momento de distração intelectual e o trabalho manual dos demais é revelador da distribuição de tarefas no contexto da expedição. Além disso, a disposição dos personagens na cena é reveladora da importância atribuída aos seus papéis pelo artista. Representados no centro da composição e em primeiro plano, os naturalistas são os protagonistas da expedição. Suas vestimentas, a linguagem corporal que apresentam e as atividades que realizam os destacam dos demais. Os anônimos que contribuem com a realização das tarefas práticas necessárias para a manutenção da viagem, como o cuidado com o transporte, com a alimentação e com a própria coleta de espécimes, são representados ao fundo, em segundo plano. A escolha dos planos não é casual e faz parte do vocabulário aprendido pelo artista em seu ofício sobre como determinar a importância dos indivíduos representados em uma cena. É parte da linguagem da arte ocidental que tradicionalmente reserva o primeiro plano aos protagonistas e relega os coadjuvantes ao plano de fundo. Ademais, podemos interpretar as escolhas feitas por Reis Carvalho em sua obra como reflexo dos papéis atribuídos a esses colaboradores nas expedições por aqueles que participavam do campo científico. Ainda que talvez não o tenha feito de forma consciente, o artista repete a mesma tendência que encontraremos na ciência e na historiografia, isto é, de conceder apenas um papel marginal a essa rede de colaboradores. Dessa forma, é possível compreender essa aquarela como um elemento no processo de invisibilização desses agentes. Um processo que, primeiramente, os afasta para o plano de fundo para, em seguida, removê-los de cena.

Fato semelhante acontece com os registros textuais dessas expedições. Embora, em um primeiro momento, os nomes de centenas desses colaboradores possam ser identificados em diários, cadernetas de campo e livros de viagem, essas menções vão gradualmente sendo apagadas na medida em que os naturalistas passam a direcionar os seus relatos para os seus pares. Para Camerini (1996), mudanças como essa no estilo adotado nos diferentes relatos redigidos pelos naturalistas são explicadas quando analisamos o público leitor de cada tipo textual. Nos artigos apresentados nas reuniões das sociedades científicas, bem como nos periódicos, as convenções próprias da redação científica devem ser respeitadas. Segundo a autora, isso inclui a redação de relatos objetivos, neutros e impessoais. Dessa forma, é possível encontrar diferenças significativas na forma como uma expedição científica é relatada pelos naturalistas ao considerarmos o público-alvo de seus relatos.

Apesar desse processo de invisibilização, a importância da sociabilidade para o trabalho naturalista de campo não era algo que os viajantes desconheciam. Ao contrário, podemos encontrar em manuais e instruções de viagem informações que demonstram como o apoio das populações locais era considerado potencialmente útil no contexto dessas viagens. Esse tipo de literatura tinha o objetivo de tentar sistematizar a pesquisa científica que seria realizada em campo, sugerindo condutas para os viajantes, inclusive sobre a forma de interagir e se relacionar com os habitantes das regiões visitadas. Considerando essas instruções e manuais como um gênero literário que progressivamente se popularizou na mesma medida em que se tornaram mais comuns as viagens, inclusive as de caráter científico, Abdalla (2012, p. 14) destacou a ênfase dada à sociabilidade afirmando que:

Durante o processo de investigação natural de um território, o viajante também acabaria tendo que estabelecer relações com a população local. Novamente, as instruções procuravam antecipar os termos desse contato e orientavam o viajante acerca desse procedimento. As formas de comunicação, o aprendizado da língua estrangeira (ou a sua recusa), a adaptação aos costumes e os meios de obter informações formavam direções para a sobrevivência e o bom êxito da expedição que antecederiam os manuais antropológicos do século XIX. A população nativa dos territórios investigados era solicitada a colaborar de maneira efetiva no desenvolver prático da viagem e no (re)conhecimento da geografia local e dos espécimes da natureza. As instruções muitas vezes orientavam

os viajantes para que atentassem rigorosamente aos costumes e práticas locais, pois os habitantes também poderiam fornecer informações sobre os costumes das populações, as condições de acesso a determinados locais, os nomes de plantas, animais (e seus respectivos usos medicinais e alimentares), além de servirem de contingente humano para o avanço sobre fronteiras pouco ou nada conhecidas. A atuação de alguns indivíduos, anônimos ou não, acabou exercendo um papel nas viagens científicas muito mais importante do que por muito tempo se imaginou e, como mostram as instruções, já estava prevista dentro de um campo prático e intelectual de atuação.

Além de estarem previstas nas instruções e nos manuais de viagem, essas interações – e os possíveis retornos que poderiam gerar – também eram mencionadas nas narrativas de viagem publicados pelos viajantes-naturalistas após suas expedições. Esses relatos, que frequentemente transitavam entre gêneros como a crônica, o romance, a aventura, o diário e o científico, eram instrumentais no processo de transformação da experiência pessoal de viagem “em conhecimento público, testemunhos do mundo, reflexos da experimentação e da observação direta de outras naturezas e sociedades” (Domingues, 2008, p. 387). Ademais, esses livros de viagem exerceram um papel importante na divulgação do conhecimento sobre a natureza, uma vez que se popularizaram e alcançaram leitores que não faziam parte do campo científico. Por esse motivo, transformaram-se também em uma fonte alternativa de renda para os viajantes, o que incentivava ainda mais a produção de novos relatos. Geralmente ilustrados, esses livros combinavam o textual e o iconográfico para produzir descrições exaustivas dos lugares visitados e das situações vivenciadas, incluindo as sensações experimentadas pelos naturalistas durante a viagem (Kury, 2001). Seguindo esse intuito, os viajantes incluíam informações sobre suas interações com a população local, descrevendo as pessoas que conheciam, inclusive fisicamente, mencionando-as nominalmente e comentando em detalhes sobre as oportunidades em que recebiam algum tipo de auxílio que contribuísse com a expedição.

A importância da sociabilidade para o trabalho naturalista de campo era, portanto, fato conhecido entre os próprios viajantes-naturalistas. Mesmo aqueles que, porventura, não tivessem conhecimento dos manuais ou da extensa literatura disponível e não estivessem previamente cientes da relevância da dimensão social para as viagens, inequivoca-

mente acabavam por ter essa percepção durante as expedições. Não era incomum que viajantes menos experientes gradualmente compreendessem o valor das interações com a população local ainda em campo. Foi o que aconteceu com Henry Walter Bates (1863, v. 1, p. 147), que reconheceu esse fato durante sua passagem pelo interior do Amazonas, registrando em seu relato de viagem que:

A esta altura eu havia aprendido que a única forma de alcançar os objetivos que haviam me trazido a este país era me acostumar ao modo de vida das classes mais humildes de habitantes. Um viajante pelo Amazonas ganha pouco com cartas de recomendação dirigidas às pessoas notáveis, pois na profundeza selvagem das florestas e rios, os barqueiros fazem o que querem. As autoridades não podem forçá-los a dar passagem ou trabalhar para os viajantes e, portanto, os estrangeiros são obrigados a agradá-los se quiserem ser transportados de um lugar para o outro.

Ampliando redes sociais

Por meio da afirmativa do viajante britânico podemos observar que existiam, ao menos, duas formas pelas quais se operava a sociabilidade em campo e por meio das quais seria possível ampliar a rede social local de um viajante-naturalista. A primeira delas, destacada por Bates, se dava por meio da iniciativa e disposição do próprio viajante para adaptar-se aos costumes locais e compartilhar, com a população, de seu modo de vida. Isto significava incorporar modos de se vestir, de se alimentar, de se comunicar aprendendo os idiomas locais, de agir, enfim, de participar da cultura local atenuando as suas diferenças. Além de Bates, muitos outros viajantes tiveram essa percepção ainda em campo. De acordo com Bourguet (1997, p. 228), o explorador alemão Carsten Niebuhr (1733-1815) notou que, se não trocasse sua indumentária europeia pelas roupas utilizadas pela população do Egito, não só se sentiria extremamente desconfortável, mas também provocaria o escárnio dos habitantes locais. De forma semelhante, Agra do Ó (2004, p. 25) mostrou como o viajante e comerciante inglês Thomas Lindley, acometido de uma febre durante sua passagem pelo Brasil, aceitou um “certo feitiço infalível” não por acreditar nos poderes mágicos que poderia ter, mas para evitar ofender seu interlocutor, uma vez que a recusa poderia prejudicar suas boas relações.

Já uma segunda forma de ampliar as chances de se manter boas relações com a população dependia da mediação de terceiros. Aproveitando de redes sociais já estabelecidas, principalmente por figuras eminentes nas sociedades locais, os viajantes-naturalistas poderiam beneficiar-se do capital social dessas pessoas e, assim, garantir o apoio que necessitavam em suas expedições. As cartas de apresentação ou recomendação, brevemente mencionadas por Bates em sua fala, funcionavam como um ponto de partida do qual os viajantes poderiam ampliar suas redes sociais, construindo relações com pessoas que poderiam lhes auxiliar durante a viagem. Dessa forma, esses documentos eram centrais para permitir o acesso às redes de sociabilidade locais e viajantes como Bates, Wallace, Agassiz e tantos outros buscaram, em figuras importantes na sociedade brasileira ou em viajantes que previamente haviam estado no país, cartas que os apresentassem a novos e potenciais colaboradores.

Mais recentemente na história das ciências, o termo *go-between* ganhou destaque para conceituar a atuação de mediadores em variados contextos. Como sua tradução para o português pode levar a entender, a palavra define alguém que “vai-entre”, ou seja, que se encontra no meio, na interseção. Sendo assim, podemos compreender o *go-between* como alguém que transita entre universos culturais distintos, sendo capaz de fazer a mediação entre pessoas que se encontram de um lado e de outro. Mais do que simplesmente atuar como um tradutor entre idiomas diferentes, o *go-between* compreende códigos culturais que vão além da linguagem e sua atuação permite não só a interação, mas a troca de informações, o que o torna um importante agente na circulação de ideias e conhecimentos. Raj (2009) inclui nessa categoria tradutores, intérpretes, mercadores, banqueiros e informantes, para citar alguns exemplos. Nas expedições científicas do Oitocentos, membros das elites locais nas regiões visitadas pelos viajantes, como políticos, magistrados, militares, religiosos e outras autoridades, eram frequentemente responsáveis por intermediar o contato com outros grupos sociais.

No caso específico da Amazônia brasileira, uma autoridade local que comumente atuava como *go-between* auxiliando a ampliar as redes sociais dos viajantes-naturalistas que percorriam a região era o diretor dos índios. Encarregado de administrar estratégias de inclusão da população indígena à sociedade local, sobretudo por meio da inclusão dos nativos como força de trabalho, não era incomum que aproveitassem da

posição de poder privilegiada na qual se encontravam para apropriar-se do trabalho indígena para lucro pessoal, como denunciado pelo próprio presidente da província do Amazonas Antônio Epaminondas de Mello (1824-1885) em relatório de 1866 (Mello, 1866). Nesse sentido, o cargo possuía semelhança com aquele dos capitães dos trabalhadores, outra autoridade frequentemente mencionada pelos viajantes-naturalistas que percorreram o Brasil ao longo do século XIX. Sob a forma como as autoridades locais tratavam a população indígena, viajantes como o britânico Henry Bates corroboram a denúncia de Epaminondas de Mello. Ao chegar na região do Japurá, o naturalista conheceu o diretor dos índios José Crisóstomo Monteiro, que mantinha cerca de duzentos indígenas sob seu comando. Na análise do viajante, autoridades como Monteiro eram “déspotas que, como os capitães dos trabalhadores antes mencionados, usam os nativos para seus próprios fins pessoais” (Bates, 1910, p. 270). Em outro trecho de seu relato, o viajante informava sobre os capitães dos trabalhadores, dizendo:

Uma organização semimilitar é dada a essas corporações. Dentre os próprios índios alguns dos mais firmes são nomeados sargentos e todos os membros são reunidos na principal vila do distrito duas vezes por ano. Os capitães, no entanto, universalmente abusam de sua autoridade para monopolizar o serviço dos homens para seus próprios propósitos, de forma que é apenas por favores que é possível conseguir, com dificuldade, um barqueiro empregado. O Capitão Antônio me tratou com grande consideração e me prometeu dois bons índios para quando eu estivesse pronto para continuar minha viagem (Bates, 1863, v. 2, p. 93).

É importante atentar que, ainda que cientes dessas relações predatórias baseadas na exploração da força de trabalho indígena, viajantes-naturalistas como o próprio Bates contaram, em diversas ocasiões, com diretores dos índios e capitães dos trabalhadores como mediadores nas relações com membros dos povos indígenas. Embora fossem ocasionalmente críticos do abuso de poder das autoridades locais, esses viajantes geralmente não deixavam de aproveitar das possibilidades sociais que essas relações permitiriam, sobretudo dada a importância do apoio indígena em regiões como a Amazônia brasileira. Sendo assim, compreender o funcionamento das dinâmicas de poder que faziam parte das redes sociais já existentes nos locais visitados era

fundamental para os viajantes, pois permitiria ampliar a sua própria rede de colaboradores.

Da mesma forma que Bates, diversos outros naturalistas informam em seus relatos de viagem sobre como os diretores dos índios e os capitães dos trabalhadores eram importantes na superação de um dos principais obstáculos encontrados quando desejavam observar a natureza e coletar espécimes em localidades do interior do Brasil: assegurar uma equipe que contasse com barqueiros, mateiros e guias experientes que pudessem auxiliar na navegação e orientação pelos rios e pelas matas, especialmente em zonas mais afastadas dos centros urbanos e das regiões mapeadas conhecidas pelos viajantes estrangeiros. Para auxiliar na realização dessas atividades, inúmeros naturalistas que percorreram o território brasileiro no século XIX recorreram ao apoio dos povos indígenas, especialmente na região amazônica.

Contribuições indígenas nas expedições naturalistas

Um historiador dificilmente encontrará um relato de viagem publicado por um viajante-naturalista que tenha visitado o Brasil ao longo do século XIX que não mencione a presença dos povos indígenas na sociedade brasileira. Além de serem comuns os comentários sobre a diversidade e a formação histórica da população das nações visitadas, às vezes até mesmo com referência aos dados censitários locais, quando disponíveis, muitos viajantes dedicaram-se ao estudo dos povos indígenas brasileiros. No caso de viajantes como o alemão Curt Nimuendajú (1883-1945), é fácil perceber a relação direta entre seu interesse pela antropologia e pela etnologia e seu vasto estudo sobre os povos originários. Em outros casos, como o de Louis Agassiz, suas observações sobre negros e indígenas, bem como as controversas fotografias feitas por seu companheiro Walter Hunnewell (1844-1921) durante a estada em Manaus, podem ser compreendidas pela participação do naturalista em meio aos debates que aconteciam, sobretudo nos Estados Unidos, acerca do poligenismo e da mestiçagem. No entanto, mesmo naturalistas sem qualquer interesse específico pelo estudo das populações humanas, como Henry Bates, que se dedicava especialmente à entomologia, fizeram investigações sobre os indígenas brasileiros. Ao longo dos seus 11 anos

de residência no país, Bates observou 22 povos diferentes,² escrevendo sobre eles em seu livro de viagem. Além disso, a partir da observação dos hábitos, crenças e mesmo da aparência física dos diferentes indígenas, Bates estudou suas semelhanças, traçando paralelos entre eles, hierarquizando-os segundo seus critérios eurocêntricos de civilização e buscando compreender historicamente como povos tão distintos teriam se desenvolvido em uma mesma região. Suas observações foram fruto do contato constante que teve com os indígenas no Brasil, um contato que o levou a afirmar que os povos nativos eram amigáveis e melhores companheiros de viagem do que os brasileiros ou os próprios europeus que residiam no país (Bates, 1850).

Tamanho interesse pela população indígena, expressado por viajantes de origens nacionais, sociais e científicas tão distintas, não se explica apenas pelo caráter abrangente da história natural oitocentista, nem pela curiosidade dos europeus em relação aos povos do Novo Mundo, mas também se dá pela presença constante de colaboradores nativos nas expedições científicas. É importante frisar, contudo, que embora o auxílio como guias e barqueiros tenha sido fundamental para o avanço dos viajantes pelo território, a contribuição dos povos indígenas para as expedições científicas perpassa, também, a própria construção do conhecimento científico resultante dessas expedições e a formação das coleções de história natural reunidas ao longo das viagens. Embora a historiografia das ciências só recentemente tenha passado a mencioná-los, é possível encontrar testemunhos da agência de indígenas, entre outros habitantes locais, em muitos dos relatos dos viajantes-naturalistas que visitaram o Brasil.

Sobre a importância do auxílio indígena na coleta de espécimes, podemos encontrar um exemplo no relato publicado por Bates. De acordo com o naturalista, o conhecimento que os povos originários tinham sobre os hábitos e os *habitats* das espécies nativas era importante não apenas para a formação das coleções científicas, mas também era fundamental para redes de comércio locais que dependiam da captura de animais. Ovos de tartaruga, por exemplo, eram muito comercializados

2 Mantendo a grafia utilizada pelo viajante na versão inglesa de seu relato, esses povos são: Aurá, Caishána, Canamaré, Cambéva, Catauishí, Catoquíno, Collina, Coníbo, Jurí, Naüa, Majérona, Marauá, Marieté, Mauhé, Miránha, Mundurucú, Múra, Passé, Shumána, Tucúna, Uáinamá e Zaminaüa.

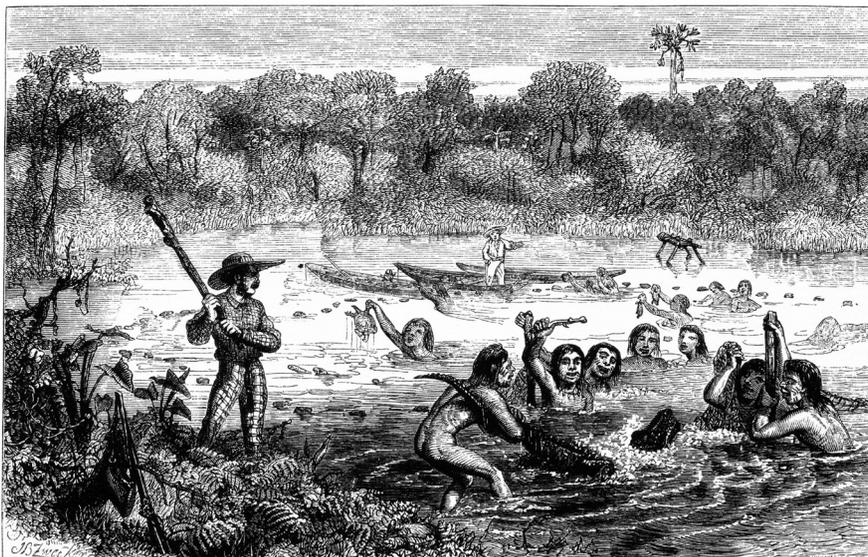
devido a sua utilização como óleo para cozinhar e iluminar, fato que, inclusive, foi responsável pelo declínio drástico na população de tartarugas na Amazônia ao longo do século XIX (Smith, 1979). Na captura das tartarugas e de seus ovos, os indígenas tinham um papel primordial, como Bates observou em março de 1850 enquanto estava de passagem por Ega (Tefé).

De acordo com o naturalista, um viajante estrangeiro recém-chegado a uma cidade qualquer no interior do Brasil tinha o prazo de três dias para apresentar seu passaporte às autoridades locais. No entanto, apenas a apresentação do documento de viagem não era suficiente. Era preciso, além disso, fazer uma visita às casas dos principais moradores locais, incluindo autoridades como magistrados, militares e policiais. “Feito isso, ele [o viajante] deve permanecer em casa por um ou dois dias para que eles retornem as visitas, sendo posteriormente considerado como admitido entre a alta sociedade” (Bates, 1863, v. 2, p. 5). Foi assim que o britânico conheceu Antônio Cardoso, delegado de polícia e comerciante de óleo de tartaruga que mantinha boa relação com o povo Passé, do qual dependia para o sucesso de sua empreitada comercial.

Ao ser convidado para participar de uma excursão para captura dos animais, Bates (1863, v. 2) teve oportunidade de observar a habilidade dos indígenas nesse tipo de atividade, afirmando que os nativos eram especialistas no comportamento das tartarugas, sendo capazes de facilmente encontrar os locais onde elas colocavam seus ovos e de capturá-las. Nessa oportunidade, Bates notou que, na região Amazônica, alguns animais só eram encontrados com o apoio do conhecimento de “apenas alguns caçadores experientes” (p. 257). Além disso, o viajante destacou a destreza dos indígenas na utilização do arco e flecha e da zarabatana como instrumentos de caça, considerando as duas armas superiores na captura de animais para um naturalista, uma vez que danificavam menos a integridade física dos espécimes do que as armas de fogo. Por esse motivo, Bates pediu para que um indígena chamado Júlio o ensinasse a manusear a zarabatana, afirmando ter tido grande dificuldade na sua utilização (p. 236). A experiência com os indígenas na caça das tartarugas e de seus ovos foi tão marcante para o viajante que foi ilustrada em seu livro de viagem (Figura 2). Com o título de “caça de tartarugas e aventura com jacaré”, o naturalista retratou uma das excursões com Antônio Cardoso. É curioso reparar, contudo, que apesar da palavra “aventura” no título da ilustração, o naturalista aparenta estar seguro às

margens do rio enquanto o risco dessa aventura parece ser de exclusividade dos indígenas.

Figura 2 – Caça de tartarugas e “aventura com jacaré” ilustrada no livro de viagem de Henry Walter Bates, *The naturalist on the river Amazon*



TURTLE FISHING AND ADVENTURE WITH ALLIGATOR.

Fonte: Bates, 1863, v. 2, p. 265.

Um exemplo notável da contribuição do conhecimento empírico possuído pelos povos indígenas para a compreensão da natureza brasileira e para a construção do conhecimento científico europeu pode ser encontrado na primeira obra publicada por Alfred Wallace após o seu retorno para a Inglaterra. Embora tenha perdido inúmeras anotações e espécimes durante o naufrágio do navio em que era passageiro, o naturalista conseguiu salvar suas notas sobre as palmeiras brasileiras. Já no primeiro parágrafo do prefácio de *Palm trees of the Amazon and their uses* (1853), o naturalista destacou o conhecimento nativo sobre as espécies botânicas, dizendo:

Primeiro me empenhei em familiarizar-me com o aspecto de cada espécie e em aprender seu nome nativo, mas mesmo isto não era uma tarefa muito fácil porque eu frequentemente era incapaz de

ver qualquer diferença entre árvores que os índios me asseguravam ser bem distintas, com propriedades e usos amplamente diferentes (Wallace, 1853, p. iv).

Ao longo do livro, Wallace apresenta os nomes botânicos e populares, além dos usos nativos e das descrições morfológicas de 48 espécies diferentes de palmeiras brasileiras, dividindo-as por gênero. O prefácio, por sua vez, é apenas uma das ocasiões em que o naturalista informa aos seus leitores que as informações reunidas em sua obra são oriundas de seu contato com os diversos povos indígenas brasileiros com quem se relacionou durante sua expedição pela região amazônica. Em uma publicação posterior, um artigo apresentado para a Sociedade de Zoologia de Londres com o título “*On the monkeys of the Amazon*”, Wallace (1864, p. 452) compartilhou com seus companheiros naturalistas que durante sua expedição buscou sempre confirmar suas informações comparando suas observações com o “testemunho unânime dos índios”. Da mesma forma que ocorrera com Bates, a companhia dos nativos foi uma constante durante os anos em que o viajante esteve no Brasil e, com os povos indígenas do Amazonas, Wallace aprendeu sobre a fauna e a flora local, sobre os métodos indígenas de caça, pesca e navegação, e sobre os costumes e tradições desses povos. Essas informações foram reunidas em um anexo ao seu relato de viagem, no qual menciona um total de trinta povos indígenas diferentes.³

O caso de Wallace destaca-se entre os demais. Embora livros de viagem e cadernetas de campo façam referência nominal a centenas de indivíduos que compunham as redes sociais que colaboravam com os viajantes em campo, a menção da contribuição indígena em um artigo científico publicado no periódico de uma sociedade de história natural europeia é fato raro. De forma geral, quando esses viajantes-naturalistas retornavam para seus países de origem e preparavam textos que seriam apresentados aos seus pares, notamos uma mudança acentuada em seu estilo de redação, sobretudo na forma como os resultados das expedições eram apresentados. Enquanto os naturalistas adquirem maior

3 Mantendo a grafia utilizada por Wallace na versão inglesa de seu relato, esses povos são: Quianás, Tariánas, Ananás, Cobeus, Piraiurú, Pisá, Carapaná, Tapüra, Uaracú, Cohídias, Tucundéra, Jacamí, Mirití, Omáuas, Macunás, Taiassú, Tijúco, Arapáссо, Tucáanos, Uacarrás, Pirá, Desannas, Ipécas, Gi, Coúa, Corócoró, Bauhúnas, Tatús, Tenimbúca e Mucúra.

protagonismo na realização das observações e na coleta de espécimes, indígenas e outros colaboradores locais são geralmente tornados invisíveis, uma vez que a importância da sociabilidade para o trabalho naturalista de campo é omitida nesse gênero textual. Esse fenômeno é o resultado da obediência às convenções próprias da escrita científica descritas por Camerini (1996), isto é, da realização de adaptações aos textos com o objetivo de garantir a cientificidade das publicações. Por esse motivo, artigos publicados em periódicos científicos, relatórios produzidos sobre as coleções reunidas em campo e apresentações realizadas nos salões das sociedades de história natural geralmente se caracterizam pela impessoalidade, pela neutralidade, pela objetividade e pela concisão, elementos até hoje valorizados em inúmeras áreas científicas. Dessa forma, é possível perceber que dois gêneros de escrita científica convivem simultaneamente ao longo do século XIX. De um lado, a valorização da experiência subjetiva e das emoções sentidas durante a expedição, de influência humboldtiana, reservada aos diários e livros de viagem e, de outro, a apresentação que se quer neutra dos fatos e resultados obtidos, que termina por valorizar o protagonismo dos naturalistas enquanto relega ao esquecimento aqueles que contribuíram com as expedições *in loco*. Nesse processo, a rede de colaboradores dos naturalistas torna-se uma rede dos invisíveis.

Vejamus um exemplo. Como vimos desde o início, no livro de viagem publicado por Louis e Elizabeth Agassiz os indígenas são apresentados como “botânicos e zoólogos práticos”, com extenso conhecimento da flora e fauna locais. Em diversos trechos do relato é possível encontrar menções específicas a membros dos povos nativos, como Laudigári e sua esposa Esperança, o casal José Antônio e Maria Joana Maia, Pedro Manuel e Michelina, entre tantos outros, que colaboraram com a coleta de espécimes, especialmente de peixes, reunidos durante a expedição. Uma vez que uma das principais áreas de interesse de Agassiz era a ictiologia, a habilidade dos indígenas como barqueiros e pescadores foi um elemento que contribuiu de forma significativa para a ampliação da coleção formada pela Expedição Thayer. Ainda assim os indígenas representam apenas uma parcela do total de 168 indivíduos mencionados ao longo do relato de viagem por terem colaborado com a expedição, muitos deles envolvidos com a coleta de espécimes.

Quando a expedição chegou ao seu fim, em julho de 1866, a comitiva retornou para os Estados Unidos e depositou a coleção reunida no

Brasil no Museu de Zoologia Comparada, fundado e dirigido pelo próprio Agassiz na Universidade de Harvard, onde também atuava como professor. Já no ano seguinte, a instituição publicou um primeiro relatório divulgando as novas adições às coleções e contabilizando a quantidade de espécimes, espécies e gêneros contemplados pelos mais de trezentos barris e setenta caixas enviados do Brasil (Museum..., 1867). Para se ter uma noção do volume recebido pelo museu, podemos recorrer às cifras divulgadas por Alexander Agassiz (1835-1910), filho de Louis Agassiz com sua primeira esposa, Cecile Braun, ele mesmo naturalista e assistente na direção no museu. No relatório de 1867, ele afirmou:

Uma ideia da magnitude de nossas novas coleções pode ser formada pelo fato de que, apenas na classe dos peixes, nada menos do que 50 mil espécimes foram contados, representando 2.200 espécies, cuja maioria, digamos, 2.000, são ainda provavelmente novos para a ciência e para nossas coleções. Esta estimativa não inclui, ainda, os espécimes menores, com menos de duas polegadas de comprimento, que também contam muitos milhares (Agassiz, 1867, p. 4).

Somando-se aos peixes os espécimes de mamíferos, aves, répteis, insetos, crustáceos e outros animais contabilizados no relatório, um total de 76.250 espécimes foram recebidos pelo museu, sem contar as amostras de minerais e fósseis e o material que ainda não havia sido catalogado naquele primeiro ano. Além de contabilizar os espécimes recebidos de cada gênero, o relatório também identifica quem foram os seus coletores, uma informação importante para a catalogação da coleção. É precisamente nesse momento que se torna evidente o processo de invisibilização dos colaboradores locais na expedição nesse tipo de gênero textual estritamente científico. Se, no livro de viagem, 168 indivíduos são mencionados por participarem da expedição, no relatório publicado pelo museu de Harvard apenas 22 nomes são encontrados entre aqueles responsáveis pela coleta de espécimes. Dentre os poucos brasileiros mencionados, encontramos apenas autoridades, como o imperador D. Pedro II (1825-1891) e figuras eminentes como o engenheiro João Martins da Silva Coutinho (1830-1889) e o oficial da Companhia de Navegação do Amazonas, Talisman Augusto Figueiredo de Vasconcelos, que atuaram como guias durante a expedição. Não há, entretanto, qualquer referência ao apoio indígena em nenhuma das 37 páginas do relatório, ainda

que no livro de viagem o próprio Louis Agassiz mencione individualmente diversos indígenas que contribuíram com a captura de espécimes.

Um outro caso de apagamento: os “negros dos naturalistas”

O processo de apagamento que transforma a rede de colaboradores dos naturalistas em uma rede dos invisíveis não afeta unicamente os povos indígenas que participavam dessas expedições. Um outro grupo social, frequentemente empregado pelos viajantes que transitavam por países como o Brasil, também foi tradicionalmente excluído da historiografia das ciências: os escravizados. A sua presença nas expedições naturalistas do século XIX, no entanto, é uma constante e não se resume unicamente ao apoio na realização de tarefas domésticas ou serviços braçais, mas inclui igualmente a partilha de conhecimentos empíricos sobre a fauna e a flora locais, bem como a coleta de espécimes.

A presença de escravizados em expedições científicas já havia sido observada e registrada pelo artista francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) durante sua estada no Rio de Janeiro como membro da Missão Artística Francesa liderada por Joachim Lebreton (1760-1819). Durante sua residência de 15 anos na capital do império, o professor da Academia Imperial de Belas Artes immortalizou o cotidiano de seus moradores nas ilustrações posteriormente publicadas em seu livro intitulado *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1835). A onipresença dos escravizados na sociedade brasileira oitocentista não é omitida em sua obra. Em uma de suas pranchas (Figura 3), nomeada “Negros caçadores voltam para a cidade. O retorno dos negros de um naturalista”, o artista retratou um grupo de seis homens negros. Em vestes simples, eles caminham em grupo enquanto carregam uma variedade de objetos, que podemos separar em duas categorias: a primeira, de instrumentos utilizados para a captura, abate e transporte de animais, inclui um longo puçá, uma arma de fogo e recipiente para pólvora e uma caixa a tiracolo frequentemente utilizada para transporte de pequenos animais. Já na segunda categoria, encontramos os espécimes capturados. Com o auxílio de pedaços de madeira e cordas, cobras, uma variedade de aves, um lagarto, um tatu e um bicho preguiça são carregados pelos homens. No chapéu de um deles, podemos ver espetados diversos tipos de insetos e grandes borboletas. Um outro, que se destaca dos demais por aparentar ser ape-

nas uma criança, leva sobre o ombro uma grande quantidade de folhas de diferentes árvores, que formam um ramo quase tão grande quanto o próprio jovem.

Figura 3 – “Negros caçadores voltam para a cidade. O retorno dos negros de um naturalista” por Jean-Baptiste Debret em *Voyage pittoresque et historique au Brésil*



Fonte: Debret, 1835, prancha 19.

No relato que acompanha a ilustração, o artista afirmou que era comum que os viajantes-naturalistas recém-chegados ao país adquirissem alguns escravos durante a expedição, recorrendo ao apoio deles tanto para a realização de tarefas braçais e domésticas quanto para a captura e preparo dos espécimes de história natural. Ainda de acordo com Debret, alguns escravizados entendiam que trabalhar para um naturalista era uma opção desejável em meio às poucas opções de mobilidade social oferecida por uma sociedade escravocrata, isto porque existia a chance de liberdade uma vez que a expedição estivesse terminada e os viajantes retornassem para os seus países de origem. Quando essa possibilidade de liberdade se concretizava, o francês afirmou que não era incomum que os negros recém-libertos aproveitassem das habilida-

des exercitadas de caçadores e preparadores de espécimes para oferecer seus serviços para outros naturalistas, fazendo, assim, da formação de coleções de história natural uma espécie de ofício. Quando avistados pela cidade, os “escravos dos naturalistas”, como Debret os chamou, eram inconfundíveis. De acordo com o francês:

O negro capaz de ser um bom escravo de um naturalista pode ser visto como o modelo do mais generoso companheiro de viagem, cuja inteligência se iguala apenas à sua devoção. [...] É fácil reconhecer o negro do naturalista pela sua maneira de capturar uma serpente viva e pelo seu enorme chapéu de palha enfeitado com borboletas e insetos, presos como broches por longos alfinetes. Ele anda sempre armado de seu fuzil e carregando sua caixa de insetos a tiracolo. [...] No Rio de Janeiro, podemos reconhecer igualmente que as atividades desses negros naturalistas são redobradas com a chegada de cada navio francês, pois os oficiais geralmente apreciam muito as coleções de História Natural (Debret, 1835, p. 67).

Cenas semelhantes foram retratadas por outros artistas que visitaram o Rio de Janeiro nesse período, como o inglês Charles Landseer (1799-1879), que desenhou grupos de negros caçadores de borboletas ornamentados da mesma forma descrita e ilustrada por Debret.⁴ No entanto, não era apenas na capital brasileira que os naturalistas contavam com o apoio de escravizados nas suas expedições. Relatos de viajantes que percorreram outras regiões do país ao longo do século XIX corroboram a ideia de que, da mesma forma como ocorria com os indígenas, os escravizados colaboravam com diversas atividades na realização de uma expedição científica. Inclusive, é muito comum encontrar casos de escravizados que foram incluídos nessas viagens, primeiramente, com o objetivo de auxiliar com tarefas domésticas, mas com o decorrer do tempo, transformaram-se em guias e coletores de espécimes quando os viajantes percebiam o conhecimento que possuíam sobre a natureza local.

Um caso notório é o de Isidoro. Da mesma forma como a maioria dos indígenas mencionados nominalmente nos livros de viagem, quase todos os escravizados tinham apenas um primeiro nome, fato que não surpreende quando levamos em consideração as origens sociais e cultu-

4 Cf. Charles Landseer, *Butterfly catchers*. Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/charles-landseer/>. Acesso em: 20 out. 2022.

rais desses grupos. No entanto, é interessante observar que, quando são referidos por viajantes, geralmente não são acompanhados por nenhum pronome de tratamento formal, algo que era reservado apenas a alguns grupos sociais. No livro de viagem de Bates, assim como no de muitos outros viajantes, encontraremos a utilização do vocábulo em inglês *mister*, abreviado como “Mr.”, sempre que são mencionados residentes estrangeiros. Para os brasileiros, algumas autoridades são referenciadas por seus cargos, enquanto outros, pertencentes a grupos sociais de maior prestígio, são tratados pelo equivalente em português “senhor” ou “senhora”, usualmente grafados em itálico. De acordo com Rodrigues (2011), embora se trate do mesmo pronome de tratamento, a escolha do inglês ou do português é simbólica para informar aos leitores anglófonos quem seriam aqueles considerados pelos viajantes como seus pares e quem seriam os nativos dos países visitados. No entanto, ao notarmos que indígenas e escravizados não recebiam qualquer pronome de tratamento antes da menção de seus nomes percebemos, igualmente, a existência de um elemento simbólico que define as hierarquias sociais nesses relacionamentos.

A assimetria na relação com Isidoro fica evidente na forma como ele é descrito por Bates em seu livro de viagem: um escravizado liberto, de idade avançada, independente e com qualidades que “seriam consideradas dignas de um criado doméstico em qualquer país” (Bates, 1863, v. 1, p. 10). Essa era, inclusive, sua função inicial quando foi contratado. Suas tarefas incluíam cuidar da casa alugada por Bates e Wallace em Nazaré, manter estoque dos mantimentos, fazer as compras e preparar as refeições. No entanto, ao longo da convivência diária, os dois descobriram que seu companheiro possuía um vasto conhecimento da flora local quando, ao perguntarem sobre uma árvore chamada caripé, descobriram que ele sabia onde encontrá-la. A partir de então, ao trabalho doméstico foi somada a função de guia botânico, uma vez que Isidoro passou a acompanhar os dois naturalistas em suas incursões pelas matas nos arredores da cidade. Com ele, aprenderam a identificar algumas das espécies mais comuns e descobriram seus usos e propriedades, registrando as informações em suas cadernetas de campo. Além disso, também tiveram oportunidade de praticar o português, sendo a necessidade de se comunicar com seu novo guia mencionada por Bates como fator que impulsionou o seu aprendizado do idioma (p. 11). Uma vez que Isidoro já havia trabalhado anteriormente para ingleses que residiram no

Brasil, é possível cogitar que ele talvez conhecesse algumas palavras em inglês, o que pode ter contribuído para facilitar a comunicação com os jovens britânicos.

O caso de Isidoro parece paradigmático e repete-se com outros escravizados ou libertos no Brasil quando em contato com viajantes-naturalistas. Foi o que aconteceu com Alexandrina, criada doméstica na residência em que Louis Agassiz e sua comitiva se hospedaram em Tefé e que chamou a atenção do grupo, primeiramente, “por sua aparência, tem uma mistura de sangue indígena e negro em suas veias. Ela promete muito, e parece reunir a inteligência do índio com a grande adaptabilidade do negro”, segundo afirmou Elizabeth Agassiz (Agassiz e Agassiz, 1868, p. 256). A admiração causada por sua fisionomia deve ser entendida como reflexo das concepções raciais e sobre miscigenação defendidas por Louis Agassiz. Desde sua mudança para os Estados Unidos, o naturalista acompanhou de perto os estudos craniométricos de Samuel Morton (1799-1851), estudou os escravizados que trabalhavam em uma fazenda na Carolina do Sul registrando seus corpos nus em daguerreótipos, passou a defender o poligenismo e a opinar sobre o papel dos negros em uma sociedade que discutia a abolição da escravidão. Além disso, aproveitando sua viagem ao Brasil, foi responsável por trazer documentos confidenciais para o diplomata e general James Watson Webb (1802-1884), que residia em Petrópolis (Machado, 2006). Embora o conteúdo dos documentos não seja conhecido, sabemos que os Estados Unidos mantinham interesse, sobretudo, pela região Amazônica brasileira e tinham um projeto para colonizar, revolucionar, republicanizar e tornar mais anglo-saxã a região (Saba, 2017). Dentre os temas discutidos, existia o interesse em enviar escravizados dos Estados Unidos para a Amazônia brasileira, onde escravocratas sulistas enxergavam potencial para expansão das suas fazendas de algodão (Haag, 2009). O estudo sobre a escravidão no Brasil, os negros e a miscigenação encontrada no país foram temas que Agassiz não negligenciou durante sua expedição, escrevendo sobre a “permanência de características em diferentes espécies humanas” no seu livro de viagem (Agassiz e Agassiz, 1868, Apêndice V).

Apesar de acreditarem na degeneração por meio da miscigenação, Santos (2005) argumenta que o casal Agassiz parecia ter encontrado em Alexandrina uma exceção, observando nela a confluência de características positivas de suas origens indígenas e africanas. Da mesma forma

que ocorrera com Isidoro, a convivência na residência em Tefé permitiu oportunidade para que o grupo de viajantes descobrisse que sua criada doméstica possuía um amplo conhecimento sobre a natureza local, além de destreza e habilidade que poderiam auxiliar na coleta de espécimes. A partir de então, Alexandrina passou a atuar como guia pelas matas nos arredores da cidade e transformou-se em colaboradora científica dos viajantes, compartilhando seu conhecimento sobre a natureza local e auxiliando na coleta e no preparo dos espécimes. Uma entrada datada de 9 de outubro de 1865, encontrada no livro de viagem publicado pelos Agassiz, afirma que:

Alexandrina demonstrou ser uma valiosa adição ao grupo, não apenas de um ponto de vista doméstico, mas também científico. Ela aprendeu muito bem a preparar e limpar esqueletos de peixes e se faz bastante útil no laboratório. Além disso, ela conhece muitos caminhos pela floresta e me acompanha em todas as minhas excursões botânicas. Com a percepção aguçada de alguém cujo único treinamento foi através dos sentidos, ela é muito mais rápida do que eu em discernir mesmo os menores exemplares de plantas com frutos ou flores. E agora que ela sabe o que eu estou procurando, ela é uma assistente muito eficiente. Ágil como um macaco, ela não pensa duas vezes antes de subir ao topo de uma árvore para me trazer um galho com flores; e aqui, onde muitas das árvores crescem até alturas consideráveis antes de começarem seus galhos, uma auxiliar como ela é muito importante (Agassiz e Agassiz, 1868, p. 236).

Da mesma forma que a citação selecionada para a epígrafe, este trecho é revelador da atitude dos viajantes-naturalistas oitocentistas em relação ao conhecimento empírico possuído pelos habitantes das regiões que visitavam. O “conhecimento prático” e o “treinamento através dos sentidos” não eram desprezados, mas incorporados ao rol de informações obtidas durante as expedições. Para tanto, a sociabilidade era um elemento fundamental do trabalho de campo, uma vez que era a partir da convivência, inclusive com indígenas e escravizados, que esse conhecimento circulava. Mesmo aquelas pessoas inicialmente incorporadas às expedições para realizar tarefas domésticas ou logísticas poderiam transformar-se em colaboradores científicos, considerados como tal pelos próprios naturalistas. Não são raros os casos de escravizados empregados como criados domésticos ou carregadores que extrapola-

vam suas funções e auxiliavam os naturalistas tanto de forma logística quanto científica, da mesma forma que fizeram Isidoro e Alexandrina.

Considerações finais

A partir dos exemplos que observamos, podemos notar que tanto indígenas quanto escravizados contribuíram de forma importante com as expedições científicas realizadas por viajantes-naturalistas que percorreram o Brasil ao longo do século XIX. Embora fossem muitas vezes incorporados às redes sociais que apoiavam esses viajantes com o objetivo de realizar tarefas braçais, domésticas ou logísticas, como a navegação de embarcações e o cuidado com os alojamentos, não era incomum que surpreendessem seus companheiros com o conhecimento que possuíam sobre a natureza local. Obtido de forma empírica por meio da experiência, da tradição e da vivência nas regiões exploradas durante as expedições, esse conhecimento era compartilhado com os naturalistas e registrado em diários, cadernetas de campo e livros de viagem. Nessa documentação, encontramos evidências que apontam para o apoio de centenas de colaboradores locais durante as expedições, contribuindo diretamente com o processo de conhecimento científico da natureza, tanto por meio da identificação de espécies nativas, seus usos e propriedades, quanto pelo apoio na coleta e no preparo dos espécimes que formavam as coleções de história natural enviadas posteriormente para museus e colecionadores ao redor do mundo.

Embora essas fontes identifiquem a presença de inúmeros indivíduos nas vastas redes sociais que acompanhavam os naturalistas durante suas viagens, inclusive nomeando-os e descrevendo suas contribuições para as expedições, a divulgação do conhecimento científico entre pares por meio de publicações especializadas e apresentações direcionadas para públicos selecionados operou no sentido inverso. Nesses casos, há um apagamento das relações sociais que, como observamos, constituíam uma parte fundamental da experiência de viagem. Se, nos livros de viagem, essas relações são valorizadas e descritas pormenorizadamente, por vezes até exagerando o exotismo das populações locais de países distantes, nos artigos científicos elas são tornadas invisíveis e substituídas por uma narrativa impessoal. A historiografia das viagens científicas, por sua vez, por muito tempo seguiu a mesma tendência e

reproduziu uma imagem idealizada desses viajantes, muitas vezes carregada pelo senso de aventura, coragem e pioneirismo com que alguns naturalistas narraram suas próprias experiências.

Ao valorizar os aspectos sociais das práticas científicas, novas perspectivas e abordagens nos permitem reexaminar essas expedições e destacar a importância da sociabilidade para o trabalho de campo, trazendo à lume as contribuições das populações locais para o conhecimento da natureza e para a formação das coleções de história natural. Embora o campo, enquanto espaço de ciência, não nivelasse as profundas assimetrias existentes nas relações sociais entre viajantes-naturalistas estrangeiros e indígenas ou escravizados, por exemplo, ele possibilitava o contato entre esses mundos diferentes e, por meio do contato, permitia a circulação de um conhecimento empírico que, assimilado e apropriado pelos viajantes, contribuiu para o conhecimento científico da natureza brasileira.

Referências

- ABDALLA, Frederico Tavares de Mello. **O peregrino instruído: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do Iluminismo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portala/arquivos/FredericoAbdalla.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- AGASSIZ, Alexander. Eighth annual report. *In: MUSEUM OF COMPARATIVE ZOOLOGY. Annual report of the trustees of the Museum of Comparative Zoology, at Harvard College, in Cambridge, together with the report of the director, 1866*. Boston: Wright & Potter, 1867. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/page/41111987>. Acesso em: 20 out. 2022.
- AGASSIZ, Jean-Louis Rodolphe; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **A journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.
- AGRA DO Ó, Alarcon. Thomas Lindley: um viajante fala de doenças e dos seus enfrentamentos, no início do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 11, n. 1, p. 13-31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000100002>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ANTUNES, Anderson Pereira. **A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_anderson_antunes.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

ANTUNES, Anderson Pereira. **Um naturalista e seus colaboradores na Amazônia: a expedição de Henry Walter Bates ao Brasil (1848-1859)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2019. Disponível em: https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/teste/tese_anderson_antunes.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BATES, Henry Walter. **The naturalist on the River Amazons with an appreciation by Darwin**. London: J. M. Dent & Sons, 1910.

BATES, Henry Walter. **The naturalist on the river Amazons**. 2 v. Londres: John Murray, 1863.

BATES, Henry Walter. [Carta para Samuel Stevens]. In: NEWMAN, Edward. Extracts from the correspondence of Mr. H. W. Bates, now forming entomological collections in South America. **The Zoologist: A Monthly Journal of Natural History**, v. 8, p. 2663-2670, 1850.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (dir.). **O homem do Iluminismo**. Tradução Maria Georgina Segurado. Lisboa: Presença, 1997.

BROWNE, Janet. Natural history collecting and the biogeographical tradition. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. III, supl., p. 959-967, 2001.

CAMERINI, Jane. Wallace in the field. **Osiris**, 2nd series, v. 11 (Science in the field), p. 44-65, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/301926>. Acesso em: 20 out. 2022.

CARVALHO, José dos Reis. **Aquarela sobre papel sem título (cena de acampamento da Comissão Científica de Exploração)**. 1859-1861. Coleção do Museu D. João VI, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. t. 2ème. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5570716d/>. Acesso em: 20 out. 2022.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000100007>. Acesso em: 20 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOUDAROU LIS, Yorgos. Can the history of instrumentation tell us anything about scientific practice? In: GAVROGLU, Kostas; CHRISTIANIDIS, Jean; NICOLAIDIS, Efthymios (eds.). **Trends in the historiography of science**. Dor-

drecht: Springer, 1994. (Boston Studies in the Philosophy and History of Science, v. 151)

HAAG, Carlos. O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 159, fev. 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-dia-em-que-o-brasil-disse-nao-aos-estados-unidos/>. Acesso em: 22 out. 2022.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, v. VIII, supl., p. 863-880, 2001. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24125>. Acesso em: 20 out. 2020.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 1-11, 2003. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano2n1/Texto%20de%20%20Lorelai%20Kury.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

KURY, Lorelai (org.). **Comissão Científica do Império, 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009.

LUTTEMBARCK, Cecília. Ciência e arte: os viajantes estrangeiros do século XIX. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-MG, 15., 2006, São João del Rei. **Anais Eletrônicos...** São João del Rei: Anpuh-MG, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Brazil through the eyes of William James: Letters, diaries, and drawings, 1865-1866**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

MELLO, Antônio Epaminondas de. **Relatório com que o Exm. Snr. Dr. Antônio Epaminondas de Mello entregou a administração da Província do Amazonas ao Exm. Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, vice-presidente da mesma, em 24 de junho de 1866**. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/169331/1721>. Acesso em: 20 out. 2022.

MOREIRA, Ildeu de Castro. O escravo do naturalista. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 184, p. 40-48, 2002.

MUSEUM of Comparative Zoology. **Annual report of the trustees of the Museum of Comparative Zoology, at Harvard College, in Cambridge, together with the report of the diretor, 1866**. Boston: Wright & Potter, 1867. Disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/page/41111987>. Acesso em: 20 out. 2022.

OUTRAM, Dorinda. **Georges Cuvier: vocation, science and authority in post-revolutionary France**. Manchester: Manchester University Press, 1984.

OUTRAM, Dorinda. New spaces in natural history. *In*: JARDINE, Nicholas; SECORD, James A.; SPARY, Emma C. (eds.). **Cultures of natural history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 249-265.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Prefácio: 150 anos depois: na ronda do tempo. *In: KURY, Lorelai (org.). Comissão Científica do Império, 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2009. p. 1-10.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. *Travessia*, n. 38, p. 7-29, 1999a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/14665/13434>. Acesso em: 22 out. 2022.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo: Edusc, 1999b.

RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770-1820. *In: SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lissa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James (eds.). The brokered world: Go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach, MA: Science History Publications, 2009. p. 105-150.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. As traduções de Bates: dois naturalistas no Rio Amazonas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 50, n. 2, p. 281-300, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/48BhYkx>. Acesso em: 22 out. 2022.

SABA, Roberto. **American mirror: the United States and the Empire of Brazil in the Age of Emancipation**. Tese (Doutorado em História) – Universidade da Pennsylvania, Philadelphia, 2017. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4347&context=edissertations>. Acesso em: 22 out. 2022.

SANTOS, F. V. dos. “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em “Viagem ao Brasil (1865-1866)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2729>. Acesso em: 22 out. 2022.

SMITH, Nigel J. H. Quelônios aquáticos da Amazônia: um recurso ameaçado. *Acta Amazonica*, v. 9, n. 1, p. 87-97, 1979. Disponível em: <https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/14166/1/artigo-inpa.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

WALLACE, Alfred Russel. **Palm trees of the Amazon and their uses**. Londres: John van Voorst, 1853.

WALLACE, Alfred Russel. On the monkeys of the Amazon. *The Annals and Magazine of Natural History, Zoology, Botany, and Geology*, 1854. Disponível em: <https://bit.ly/48jmmUU>. Acesso em: 24 jul. 2024.

WALLACE, Alfred Russel. **Travels on the Amazon and Rio Negro with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley**. Londres: Ward, Lock, 1889.

Como citar o capítulo:

ANTUNES, Anderson Pereira. A sociabilidade no trabalho de campo: contribuições de indígenas e escravizados nas expedições científicas do Oitocentos. *In*: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Marta de (Org.). **Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente**. Brasília, DF: Editora IBICT, 2025. Cap. 3, p. 67-99. DOI: 10.22477/9788570131737.cap3